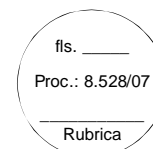




## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



**Processo nº:** 8.528/07 (7 volumes)

**Jurisdicionada:** Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF

**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas – SECONT

**Sessão:** Pauta nº 50, S.O. nº 5056, de 24.7.2018

**Publicação:** DODF nº 137, de 20.7.2018, pág. 9

**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis prejuízos decorrentes do Contrato de Gestão nº 15/02 celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Candango de Solidariedade.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 480/14-CRR). Apresentação de alegações de defesa.

Contas consideradas ilíquidáveis, em face da impossibilidade de se comprovar e quantificar o prejuízo (Decisão nº 2.133/18-CMA).

Interposição de Recurso de Reconsideração pelo Ministério Público junto ao TCDF.

A Instrução sugere o não conhecimento.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico.

**Impedimento/Suspeição:** Conselheira ANILCÉIA MACHADO

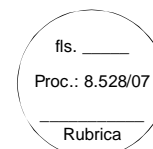
### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis prejuízos decorrentes do Contrato de Gestão nº 15/02 celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Instituto Candango de Solidariedade.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



2. Referido ajuste teve por objeto a execução do projeto “VISITADOR ESCOLAR - VERSÃO 2002” (fls. 27/34 do processo apenso).
3. O valor inicialmente previsto no contrato foi de R\$ 1.438.891,12<sup>1</sup> pelo prazo de vigência de 21.3.2002 a 20.3.2003.
4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria-TCE nº 16/2013-CONTROLADORIA (fl. 487 do processo apenso).
5. No Tribunal, foi determinada a citação dos dirigentes do Instituto Candango de Solidariedade - ICS, dos gestores da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan, bem como da signatária e executora do contrato (Decisão nº 480/14-CRR, fl. 221).
6. As respostas oferecidas foram apreciadas na Sessão de 8.5.2018, ocasião em que a Corte proferiu a Decisão nº 2.133/18 (fl. 578), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 2.133/18 (CMA)**

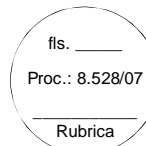
*“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, que tem por fundamento a instrução, decidiu: I – tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos Srs. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz (fls. 354-360), João Ignácio Pérus (259-277 - anexos de fls. 278-334 e 443-448 - anexos de fls. 449-479), Marco Antônio Pinto Bittar (fls. 397-407 - anexos de fls. 408-410 e 521-535 - anexos I a III aos autos), Elioaldo José Ferreira (fls. 361-381 - anexos de fls. 382-392) e Sras. Elizabet Garcia Campos (fls. 505-518) e Eurides Brito da Silva (fls. 335-340 - anexos de fls. 341-344); II - tendo em conta os precedentes das Decisões nºs 4.959/2014 e 4.898/2014, acolher o pleito formulado pelo senhor João Ignácio Perius às fls. 443-448, para declarar a ilegitimidade do interessado para figurar no rol de responsáveis nos autos em exame, estendendo os efeitos desta deliberação aos demais membros do Conselho de Administração do antigo ICS indicados nos autos em apreço, à fl. 207; III – aplicar os precedentes das Decisões nºs 2.537/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.579/2017, 4.593/2017, 4.594/2017 e 5.051/2017 ao caso vertente, declarando a impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar, em sede de TCE, os prejuízos decorrentes do Contrato de Gestão nº 15/2002, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação do DF e o Instituto Candango de*

<sup>1</sup> De acordo com o Relatório de TCE nº 247/2012-DIPES/SUTCE/STC (fls. 462/467 do Processo nº 080.020.862/05), no processo de pagamento consta que o valor repassado foi de R\$ 1.300.000,00.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



*Solidariedade (ICS), para considerar, com fulcro nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº 01/1994, iliquidáveis as contas em apreço, determinando seu trancamento e consequente arquivamento; IV – autorizar: a) a devolução do Processo nº 080.020.862/2005 à Secretaria de Estado de Educação do DF; b) o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo.*

*Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”*

7. Inconformado, o Ministério Público junto a esta Corte de Contas interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 588/594.

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 72/2018 - SECONT (fls. 595/596), de 26.6.2018, analisa a admissibilidade recursal nos seguintes termos:

| 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO   |   |     |     |
|--|---|-----|-----|
| <b>Processo nº:</b> 8.285/2007 (7 volumes).<br><b>Apenso:</b> Processo nº 080.020.851/2005 (3 volumes).      | <b>Espécie de recurso:</b><br>Recurso de Reconsideração (fls. 1.221/1.233).                                     |     |     |
| <b>Jurisdicionada:</b> Fundação Educacional do DF – FEDF (extinta).<br><b>Recorrente:</b> MPJTCDF.           | <b>Deliberação recorrida:</b><br>Decisão nº 2.113/2018 (fl. 1.211).<br><b>Conclusão:</b> Pelo não conhecimento. |     |     |
| 2. EXAME PRELIMINAR  | SIM   | NAO | N/A |
| 2.1 PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?              | x   |     |     |
| 2.2. TEMPESTIVIDADE:<br>2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (arts. 33 e | x   |     |     |



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

fls. \_\_\_\_\_

Proc.: 8.528/07

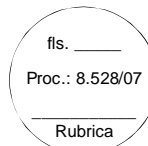
Rubrica \_\_\_\_\_

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| 34) e no Regimento Interno do TCDF (art. 285)?<br>Data da ciência da decisão recorrida: DODF de 04/06/2018.<br>Data de protocolo do recurso: 15/06/2018 via SEGECEX.   |   |   |   |
| 2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF e art. 285, § único, do RI/TCDF)?  |   |   | x |
| 2.3. LEGITIMIDADE:<br>2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 33 da LO/TCDF)?   | x |   |   |
| 2.3.2. A assinatura foi aposta pelo próprio recorrente ou por procurador legalmente habilitado para interpor recurso?  | x |   |   |
| 2.4. ADEQUAÇÃO:<br>2.4.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 285 do RI/TCDF)?   |   | x |   |
| 2.4.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do art. 280 do RI/TCDF (rejeição de defesa/cientificação, conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)?  | x |   |   |
| 2.4.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatá-lo?   |   |   | x |
| 2.5. EFEITO:<br>2.5.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 34 da LO/TCDF e do art. 285 do RI/TCDF?   |   | x |   |
| 2.5.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)? O MP/TCDF requereu a reforma da Decisão nº 2.113/2018, bem como a abertura de prazo para apresentação de contrarrazões para os Srs. <b>Ronan Batista de Souza, Lázaro Severo Rocha, Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Emílio Carlos Vitali, Manuel Pereira de Lucena, Dirlene Fiel dos Santos Souza e Maristela de Melo Neves.</b> | x |   |   |
| <b>3. ANÁLISE:</b><br>3.1 Preliminarmente, nota-se que a <b>Decisão nº 2.113/2018</b> , fls. 1.211, considerou <b>ilíquidáveis</b> as presentes contas com fundamento nos artigos 21 e 22 da Lei Complementar nº 01/1994, determinando seu <b>trancamento</b> e consequente <b>arquivamento</b> .<br>3.2 Por oportuno, vale transcrever os dispositivos que fundamentaram a decisão que se pretende recorrer pela via do recurso de reconsideração:  |   |   |   |



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



### Lei Complementar nº 01/1994

[...]

#### Contas Iliquidáveis

Art. 21. As contas serão consideradas ilíquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito a que se refere o art. 17 desta Lei Complementar.

Art. 22. O Tribunal ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis e o consequente arquivamento do processo.

§ 1º Dentro do prazo de cinco anos contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial, o Tribunal poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada de prestação de contas.

3.3 Sobre o tema, é pertinente também considerar o que consta do art. 11 da referida lei complementar:

### Lei Complementar nº 01/1994

[...]

#### Decisões em Processo de Tomada ou Prestação de Contas

Art. 11. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou **terminativa**.

§ 1º Preliminar é a decisão pela qual o Conselheiro Relator ou o Tribunal, antes de pronunciarse quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação ou a audiência dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo.

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

§ 3º **Terminativa** é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, nos termos dos arts. 21 e 22 desta Lei Complementar.

(destacamos)

3.4 A teor do disposto no § 3º do art. 11 da LC nº 01/94, verifica-se que a **Decisão nº 2.113/2018 possui natureza de decisão terminativa**, por não ter havido a formação de juízo de mérito sobre as contas, que tão somente foram consideradas ilíquidáveis, com o seu consequente trancamento e arquivamento.

3.5 No tocante à admissibilidade do recurso interposto pelo Parquet, fls. 1.221/1.233, cumpre mencionar a hipótese de incidência do recurso de reconsideração, que se encontra disciplinada no art. 285 do RITCDF, veja-se:

### RITCDF

[...]

#### **DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO**

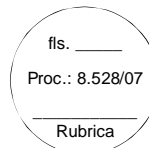
Art. 285. De **decisão definitiva** em processo de prestação ou tomada de contas, inclusive especial, cabe recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada. (destacamos)

3.6 Da leitura acima, observa-se que o recurso manejado pelo MPJTCDf esbarra na restrição contida no mencionado dispositivo regimental, posto que, nos estritos termos do art. 285 do RITCDF, só é



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



*cabível recurso de reconsideração contra **decisão definitiva** proferida em processo de tomada ou prestação de contas.*

*3.7 Nesse sentido são os inúmeros precedentes desta Corte que observam com rigor a regra regimental no sentido de somente haver a prerrogativa de interpor recurso de reconsideração em face de decisão definitiva. (v. Decisões nºs 59/2018, 5208/2017, 5936/2017, 486/2018, 1387/2017, 1441/2017 e outras.)*

*3.8 Sobre a matéria em foco, cumpre ressaltar, ainda, que em recente deliberação (S.O. de 21/06/2018), ao apreciar a **admissibilidade de recurso de reconsideração interposto em face de decisão terminativa**, como é o caso dos presentes autos, o Tribunal decidiu, à unanimidade, nos termos da Decisão nº 3032/2018, a saber:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação n.º 53/2018-Secont (fls. 423/426); II – **não conhecer do Recurso de Reconsideração** de fls. 418/422, interposto pelo MPjTCDF, da lavra do d. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, contra os termos da Decisão n.º 2.103/2018, tendo em vista o regramento contido no **art. 285 do RITCDF**; III – dar ciência desta decisão ao Recorrente, nos termos do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução nº 183/2007-TCDF; IV – autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF, para as providências devidas.” (destacamos)*

*3.9 Portanto, o fato é que o Regimento Interno desta Corte não prevê a possibilidade de interposição de recursos da espécie em face de **decisões terminativas**, uma vez que estas pressupõem a impossibilidade material de proferir juízo de mérito sobre o caso concreto e, conseqüentemente, também não se chega a imputar ou desconstituir eventual prejuízo, não havendo ônus ou gravame capaz de justificar o interesse recursal.*

*3.10 Em síntese, tem-se que, nos exatos termos do artigo 285 do RITCDF, bem como de acordo com a jurisprudência desta Corte, o recurso de reconsideração deve ser manejado em face de decisão definitiva. Consoante o § 2º do artigo 11 da LC nº 01/1994, **definitiva** é a decisão pela qual o Tribunal **julga** as contas **regulares, regulares com ressalva** ou **irregulares**. A **Decisão nº 2.113/2018 é terminativa**, visto que este Tribunal ainda não julgou as presentes contas, por considerá-las ilíquidáveis, tendo determinado seu trancamento e conseqüente arquivamento. Portanto, considerando que a decisão recorrida não possui a natureza de definitiva, somos pela inadmissibilidade do recurso interposto.*

9.

Concluindo, a Instrução sugere o não conhecimento do apelo.

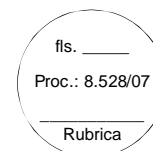
É o Relatório.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



### VOTO

10. Nesta fase, analisa-se a admissibilidade do Recurso de Reconsideração interposto pelo Ministério Público junto a esta Corte, em face da Decisão nº 2.133/18-CMA, que julgou ilíquidáveis as presentes contas especiais.

11. O douto **Parquet** alega que é *“inaceitável a tese de que a falta de documentação comprobatória da correta aplicação de recursos pela perda, extravio ou destruição, ainda que não demonstrado que o administrador público não tenha dado causa a essa ausência documental, seja adotada para eximir de responsabilidades o agente responsável pela boa e correta aplicação dos valores colocados sob sua supervisão.”*

12. A Unidade Instrutória sugere que não se conheça do apelo, em virtude de o **decisum** atacado não ser definitivo, conforme precedentes que indica (Decisões nºs 59/18-CIMF, 5.208/17-CIMF, 5.936/17-CMA, 486/18-CMM, 1.387/17-CMM, 1.441/17-CMM e outras).

13. Passa-se à apreciação da matéria.

14. Assiste razão ao Corpo Técnico. O art. 285<sup>2</sup> do Regimento Interno desta Corte é claro ao dispor que os Recursos de Reconsideração devem ser interpostos apenas contra as **deliberações definitivas**.

15. No caso em tela, a Decisão nº 2.113/18-CMA é **terminativa**, nos exatos termos do art. 11, § 3º e arts. 21 e 22<sup>3</sup>, da Lei Complementar nº 1/94. Logo, o recurso ministerial não deve ser admitido, por ausência de previsão legal.

16. Vale ressaltar que em situação semelhante à ora examinada,

<sup>2</sup> Art. 285. De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, inclusive especial, cabe recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada.

<sup>3</sup> Art. 11. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

(...)

§ 3º Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, nos termos dos arts. 21 e 22 desta Lei Complementar.

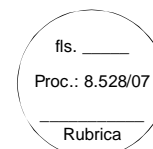
Art. 21. As contas serão consideradas ilíquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito a que se refere o art. 17 desta Lei Complementar.

Art. 22. O Tribunal ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis e o consequente arquivamento do processo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



o e. Plenário proferiu a Decisão nº 3.032/18-CIMF, de 21.6.2018 (Processo nº 993/03), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 3.032/18 (CIMF)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação n.º 53/2018-Secont (fls. 423/426); II – não conhecer do Recurso de Reconsideração de fls. 418/422, interposto pelo MPjTCDF, da lavra do d. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, contra os termos da Decisão n.º 2.103/2018, tendo em vista o regramento contido no art. 285 do RI/TCDF; III – dar ciência desta decisão ao Recorrente, nos termos do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução nº 183/2007-TCDF; IV – autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF, para as providências devidas.*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.”*

17. Demais disso, a conclusão que a duras penas conseguimos sedimentar em Plenário, no sentido de se considerar ilíquidáveis as contas nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 1/94, teve como **fundamento básico** evitar as injustiças que se cometiam com os Ordenadores de Despesa, Executores dos Contratos de Gestão e Dirigentes do ICS ao lhes atribuir um débito/prejuízo milionário que efetivamente não existe, a saber:

a) os Ordenadores de Despesa assinaram tais Contratos de Gestão por **expressa delegação de competência** do Exmº. Sr. Governador do DF à época, que efetivamente os **autorizou** em decretos específicos juntados em vários processos da espécie;

b) a alegação simplista do Controle Interno (acolhida por este Controle Externo) de que **não houve prestação de contas é FALACIOSA**<sup>4</sup>;

c) em todos os processos (pelo menos naqueles que me foram distribuídos) havia, sim, uma prestação de contas que, ante a ausência de uma definição regulamentar à época<sup>5</sup> o Estatuto do ICS denominava de RELATÓRIO GERENCIAL

<sup>4</sup> Falaciosa. De falácia. No **aristotelismo** (Fil.) qualquer enunciado ou raciocínio falso que, entretanto, simula a verdade, sofisma (Dicionário HOUAISS, 1º ed. 2009, pág. 869).

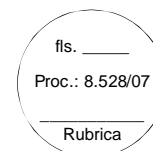
<sup>5</sup> Só veio com a Resolução nº 164, de 4.5.2004.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



### DE EXECUÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO.

Esses fatos foram minuciosamente analisados no bojo dos Processos nºs 20.814/05 e 738/07 nos quais o ex-Secretário de Estado de Solidariedade do DF – SESOL, Dr. MILTON BARBOSA RODRIGUES (de saudosa memória) logrou comprovar os gastos referentes à sua gestão, municiando os autos com amplo acervo fotográfico do que sobrou dos arquivos do extinto ICS.

d) ao considerar iliquidáveis as contas (art. 21 da Lei Complementar nº 1/94), o Tribunal mandou **arquivá-las**. Porém, *“no prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação da **decisão terminativa** (grifei) no Diário Oficial”*, havendo culpa provada mediante o devido processo legal, estas serão reabertas e terão prosseguimento.

Ante do exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. deixe de conhecer do Recurso de Reconsideração de fls. 588/594, interposto pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas, em face da Decisão nº 2.133/18, por não atender ao requisito previsto no art. 285 do Regimento Interno do TCDF;

II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao i. Recorrente, nos termos do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução nº 183/07-TCDF;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 24 de julho de 2018.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada